

Regulação em Saúde – Principais Leis e Normas

A Regulação em Saúde organiza o acesso da população aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando garantir atendimento de forma universal, equitativa, organizada e conforme a necessidade de cada usuário.

No Município de Quedas do Iguaçu, o processo de regulação e agendamento segue as normas do SUS e está integrado à Rede Regional e Estadual de Saúde, especialmente nos atendimentos de Média e Alta Complexidade.

Principais normas que orientam a Regulação

Constituição Federal de 1988

Estabelece, nos artigos 196 a 200, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, definindo as bases e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Lei Federal nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e estabelece a organização e o funcionamento do SUS. É uma das principais normas que fundamentam a organização dos serviços e o acesso à saúde.

Lei Federal nº 8.142/1990

Estabelece a participação da comunidade na gestão do SUS, por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde, além de tratar das transferências intergovernamentais de recursos financeiros.

Decreto Federal nº 7.508/2011

Regulamenta a Lei nº 8.080/1990 e estabelece regras para a organização do SUS, planejamento da saúde, assistência e articulação entre União, Estados e Municípios, fortalecendo a organização regionalizada da rede de atenção.

Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017

Consolida normas sobre as redes do SUS e contempla a organização da Política Nacional de Regulação, estruturada nas dimensões de Regulação do Sistema de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde.

Como funciona a Regulação Municipal?

A Regulação Municipal organiza e acompanha solicitações de consultas especializadas, exames, procedimentos e internações, observando os protocolos e critérios estabelecidos pelo SUS.

Nos serviços que dependem de oferta regional ou estadual, o Município encaminha e acompanha as solicitações junto à Regulação Regional e Estadual, conforme a disponibilidade de vagas e a prioridade clínica definida.

Por que existem filas de espera?

A existência de lista de espera ocorre quando a procura por determinado serviço é maior que a quantidade de vagas disponibilizadas pela rede de referência. A ordem de atendimento não depende exclusivamente da data da solicitação, pois pode considerar prioridade clínica, classificação de risco, protocolos de regulação e disponibilidade dos serviços.

O Município acompanha os pacientes e busca, junto às instâncias Regional e Estadual, a ampliação e disponibilização de vagas, visando reduzir o tempo de espera e garantir o acesso da população aos serviços de saúde.

Compromisso com a população

A Regulação Municipal busca garantir um acesso organizado, transparente, responsável e baseado nas necessidades de saúde, respeitando os princípios e as normas do SUS.

Regular não significa negar atendimento. Significa organizar o acesso aos serviços disponíveis, priorizando quem mais necessita e garantindo maior equidade no atendimento à população.